

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Perdão, Maria da Penha

Ao participar de solenidade ontem na Escola Classe JK Sol Nascente, a 30 km do Plano Piloto, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, pediu desculpas à Maria da Penha, a mulher que deu origem à lei que combate a violência contra mulheres. “Em nome da Justiça brasileira, é preciso reconhecer que, no seu caso, ela tardou e não foi satisfatória. Pedimos desculpa em nome do Estado brasileiro pelo que passou e pela demora na punição”. Maria da Penha estava presente no evento que celebrou os 18 anos da lei que leva seu nome em decorrência dos sofrimentos por que passou como vítima de violência doméstica.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Mais ações, mais registros

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos últimos quatro anos, mais de 2 milhões de ocorrências relativas à violência contra a mulher foram convertidas em ações judiciais. A avaliação de juízes é de que o aumento nas estatísticas decorre do amadurecimento da sociedade em relação aos direitos femininos. O fato é que, de 2020 a 2023, houve aumento de mais de 40% na quantidade de processos de violência doméstica que tramitam nos tribunais brasileiros.

TRT-10/Divulgação



Visita para compartilhar boas ideias

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), desembargador Ribamar Lima Junior, recebeu visita institucional do presidente do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão (TJMA), desembargador Froz Sobrinho. A reunião também contou com a participação do advogado Raul Sabóia. Segundo o presidente do TRT-10, o objetivo do encontro foi o compartilhamento de informações sobre a gestão do desembargador Froz Sobrinho à frente do Tribunal maranhense. São ideias que podem contribuir com a gestão do desembargador Ribamar Lima Junior.

Reeleição pode ser o caminho

Advogados apostam que o caminho do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, será a disputa a novo mandato. Até o momento, nenhum integrante do grupo despontou como provável sucessor ou sucessora.

Raul Spinassé/Novo Selo Comunicação/Divulgação



Banco deve ressarcir idosa vítima de extorsão

Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), a 20ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou o Banco Itaú a pagar uma indenização por danos materiais a uma idosa de 77 anos que foi vítima de sequestro-relâmpago. Prevaleceu o entendimento da maioria dos desembargadores de que o banco deve arcar com prejuízos de seus clientes, em razão de defeitos no serviço prestado, conforme disposto no art. 14, do CDC. A senhora entrou no banco e realizou a transferência bancária de R\$ 250 mil, enquanto o criminoso ameaçava os filhos dela. Para o Tribunal de São Paulo, a instituição bancária deveria ter se atentado de que se tratava de uma operação atípica. A autora da ação deverá receber o valor transferido com juros e correção monetária.

Menção na Casa Branca

No momento em que o presidente Joe Biden propõe alterações na Suprema Corte dos Estados Unidos, como fim do mandato vitalício, vale a pena lembrar que em 2021 um brasileiro foi mencionado no *Relatório da Comissão da Casa Branca* que estudou e propôs alterações legislativas para o Judiciário americano. A menção foi feita ao Instituto Brasil Estados Unidos de Direito Comparado, presidido e fundado pelo jurista João Carlos Souto, especialista no sistema judicial e político norte-americano.

Arquivo pessoal



Tradição centenária

Entre as sugestões do Instituto Brasil Estados Unidos de Direito Comparado está preservar a composição da Suprema Corte com nove membros, que é considerada o alicerce do Poder Judiciário americano. Para o presidente da entidade, João Carlos Souto, acrescentar mais uma cadeira à Suprema Corte poderá inspirar outros presidentes e primeiro-ministros a proporem o mesmo em países sem a tradição e a estabilidade constitucional dos Estados Unidos. Para proteger essa tradição centenária dos EUA, a melhor coisa a fazer, segundo Souto, é aprovar uma Emenda Constitucional que estabeleça que o número de juízes do Supremo Tribunal dos Estados Unidos seja de nove. Souto também propôs que os juízes da Suprema Corte tenham um limite de atuação até os 75 ou 80 anos — como ocorre no Brasil — como forma de rejuvenescer o tribunal.

2º Congresso de Direito Empresarial será realizado em agosto no DF

Brasília será palco do 2º Congresso de Direito Empresarial com cerca de 100 palestrantes de todo o Brasil. O advogado Eduardo Vieira, sócio do Vieira e Serra Advogados e um dos idealizadores do evento, destaca que o congresso tem o propósito de fortalecer o campo do direito empresarial no Distrito Federal, já que a capital federal ocupa o 4º lugar no ranking das cidades brasileiras com maior índice de empreendedorismo, segundo o Índice de Cidades Empreendedoras de 2023. O congresso, em 15 e 16 de agosto, abordará temas, como contratos empresariais, recuperação extrajudicial, conflitos de direito marcário e alienação judicial de bens. Os painéis contarão com os ministros Ricardo Cueva, Marco Buzzi, João Otávio de Noronha e Antônio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“É assustador ver que os dados indicam cerca de 68% de subnotificação nos casos de feminicídio. Como a gente pode vencer essa barreira? Falando de prevenção, a comunicação tem um papel estratégico, justamente com a informação”

Moacyr Rey Filho, promotor de Justiça e conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Kayo Magalhães/CB/D.A Press

